

ABAIXO A FARSA SINDICAL

Manifesto do Partido Socialista, denunciando a manobra do "Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria"

Folha Socialista

Directores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedroso d'Horta
Gerente:
Febus Gikovate

ANO II — 15 DE AGOSTO DE 1949 — N.º 33
PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça da Sé, 237 - 2.º and.
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

A DENUNCIA DO CONVENIO TRABALHISTA

Estamos assistindo a mais um episódio na luta entre o Governo federal e o snr. Ademair de Barros, tendo por pano de fundo as próximas eleições à presidência da República: — a denúncia do convênio trabalhista firmado entre a União e o Governo de São Paulo. Esse convênio vinha representando um privilégio concedido ao governo ou, em outras palavras, à burguesia paulista. São Paulo era o único Estado que vinha gosando de "autonomia" na fiscalização do trabalho; e tanto que, em outros Estados, está diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, através das respectivas delegacias regionais. Mas o general Dutra, exprumindo bem o estado de espírito da grande burguesia brasileira, que se sente incomodada com a sanha aventurista, de tipo fascista, e com a imensa ambição de poder do sr. Ademair, passou a ficar com medo de que este utilizasse aquela "autonomia" para fins político-eleitorais. Daí a mensagem encaminhada ao Congresso, pedindo a denúncia do Convênio e o decreto assinado, logo a seguir, acodadamente, ordenando a intervenção do Ministério do Trabalho no Departamento Estadual de Trabalho.

O mais interessante é que essa pantomima é promovida em nome dos "interesses dos trabalhadores". Como se o general Dutra e seu ministro do Trabalho, que se vêm mostrando fiéis executores da vontade dos grandes círculos industriais, financeiros e latifundiários do país, tivessem algum interesse, realmente, em acoutelar os direitos dos trabalhadores.

Se é exato que o snr. Ademair estava tramando para utilizar a Secretaria e o Departamento do Trabalho, nas suas manobras propagandísticas e eleitorais — e acreditamos que assim seja — os seus propósitos não são menos indecentes do que os do Governo Federal, ao pretender a denúncia do convênio trabalhista e decretar a intervenção no

(Continúa na 2.a pag.)

Anuncia-se para meados do corrente mês a realização, nesta Capital, de um "Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria". Trata-se, nada mais, nada menos, de uma iniciativa dos famosos "líderes sindicais" que há vários anos vêm usurpando o mandato que lhes confiou, ainda sob o regime ditatorial, a boa fé do proletariado brasileiro. São os Diocleciano de Holanda Cavalcanti e demais "pelegos" do Ministério do Trabalho, que, presentindo a ameaça da perda das gordas sinecuras, com a próxima aprovação da reforma da lei sindical, conforme o projeto do deputado João Mangabeira, pretendem fazer um último esforço no sentido de impedir a sua aprovação ou pelo menos desnatá-la.

Pelo que se noticia, os usurpadores do movimento sindical brasileiro, dizendo-se representantes dos trabalhadores na indústria de todo o país, vão, pela primeira vez depois de estarem há vários anos à frente dos sindicatos e federações, examinar uma longa série de problemas que realmente interessam aos trabalhadores, mas de cuja solução, precisamente, são fainos "líderes" têm sido os principais sabotadores. Dizem eles que todas essas questões de interesse imediato do proletariado, como lei de oito horas, salário mínimo e profissional, estabilidade no emprego, férias, descanso semanal remunerado, participação nos lucros, liberdade sindical, previdência social, justiça do trabalho, etc., tudo isso vai ser cuidadosamente estudado, a fim de que as conclusões aprovadas sejam afinal encaminhadas ao poder competente, e transformadas em lei.

(Continúa na 2.a pag.)

A PLATAFORMA SOCIALISTA

Conforme a deliberação da última reunião plenária de Comissão Estadual, a Comissão Executiva Estadual elaborou um documento consubstanciando os pontos essenciais extraídos da plataforma eleitoral socialista, já aprovada naquela reunião. Esse documento foi encaminhado à

União Democrática Nacional e ao Partido Republicano em São Paulo, como proposta para um eventual entendimento visando a realização de uma aliança para apoio a um candidato comum. Do resultado dos entendimentos havidos, em torno desse programa mínimo, a Comissão Executiva Estadual deverá apresentar relatório a todo o Partido, para que este tome uma resolução a respeito, na próxima Convenção Estadual, de conformidade, ainda, com a resolução da reunião plenária da Comissão Estadual. Damos, abaixo, o texto do documento enviado àqueles partidos políticos.

O Partido Socialista Brasileiro, secção de São Paulo, reafirma sua convicção de que só com a realização integral de um programa socialista será possível solucionar os problemas econômicos e sociais do Brasil, e, ao mesmo tempo assegurar ao povo brasileiro uma situação de crescente prosperidade, bem-estar e pleno gozo das liberdades políticas.

Dentro, no entanto, dos quadros da orientação econômica, social e política vigente, estabelecida pela Constituição Federal, o Partido Socialista Brasileiro luta por um programa de reivindicações imediatas cuja satisfação levará ao fortalecimento do regime democrático, à melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e, de modo geral, à elevação do nível econômico e político do povo brasileiro que, dessa maneira, se irá preparando para o advento do socialismo.

Com bases nessas considerações, entende a Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro, em São Paulo, que as reivindicações populares mais prementes, que devem ser aceitas como base programática para uma candidatura extra-partidária à governança do Estado, nas eleições de 1950, são as seguintes:

1 — ORGANIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO POLITICA:

a) — Cumprimento fiel da Constituição Federal e da Constituição Estadual, especialmente no tocante às liberdades democráticas fundamentais; efetivação da liberdade de imprensa, da liberdade e autonomia sindical e do direito de greve, no que toca às autoridades estaduais, mediante a supressão de qualquer interferência sua na vida dos órgãos de imprensa e das associações profissionais bem como nos conflitos entre empregados e empregadores, a não ser com a finalidade de garantir a ordem pública, evitar danos a pessoas e coisas e promover conciliação.

b) — Respeito ao princípio constitucional da autonomia dos municípios. O Governo do Estado procurará exercer influência sobre o Congresso Nacional e o Governo da União, no sentido de ser concedida a autonomia municipal à Capital de São Paulo e à cidade de Santos.

2 — DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL:

a) — Os serviços nas repartições públicas serão racionalizados no sentido de combater o burocratismo, incentivo ao espírito de responsabilidade individual do funcionário e

(Continúa na 2.a pag.)

NOVA FEDERAÇÃO SINDICAL INTERNACIONAL

Estão no Brasil, entabulando negociações com os "líderes" sindicais brasileiros, dois delegados do C. I. O. dos Estados Unidos. A missão dos srs. Kynce e Schwartz prende-se à elaboração de um programa de atividades em escala internacional, a ser apresentado à nova Federação Sindical Mundial, resultante da cisão verificada na F.M.S., esse ano.

Os itens principais do programa do novo movimento sindical internacional seriam: política de elevação substancial dos salários, como primeira passo de um programa de reformas sociais; política de reivindicações trabalhistas sempre num plano internacional; luta contra as tendências político-partidárias do movimento operário internacional; luta contra o poderio econômico representado pela concen-

tração capitalista de Wall Street; socialização de algumas indústrias básicas, de grande interesse público, etc. O que os delegados operários do CIO precisam ter em conta, entretanto, é que os dirigentes sindicais brasileiros não representam de maneira alguma o pensamento da classe trabalhadora, uma vez que nada mais são que delegados do Ministério do Trabalho. O primeiro passo da nova Federação Sindical deveria ser a luta pela autonomia de todos os sindicatos operários do Estado, pois, não só no Brasil encontram-se os sindicatos sob intervenção. Na Argentina, para citar apenas um exemplo, também os sindicatos são dirigidos pelo Estado. Todo o apoio que for prestado a esses sindicatos redundará em benefício da classe capitalista e não dos trabalhadores.



PELA VITÓRIA DA
DEMOCRACIA SOCIALISTA

Abaixo a farsa sindical

(Conclusão da 1.a pag.)

Desde logo, salta à vista a circunstância de somente agora, depois do Parlamento estar funcionando há cerca de três anos, se houverem lembrado os famosos dirigentes sindicais de oferecer sugestões à reforma ou melhoria da legislação trabalhista. O que têm feito eles, durante tantos anos à frente dos sindicatos e federações, que não se lembraram de que o regime de oito horas há muito foi abolido na indústria nacional; que os trabalhadores do Brasil ainda estão sujeitos a um salário mínimo que está cinco vezes abaixo do custo de vida; que a estabilidade no emprego deixou de ser a garantia patrimonial da família operária para tornar-se objeto de transações inescrupulosas do patronato; que o atual regime de férias não possa de simples engodo; que o desconso semanal remunerado ainda não está sendo gozado pelos trabalhadores porque estes não dispõem de organização sindical que imponha o cumprimento da lei; que não é possível obter-se a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas enquanto permanecerem à frente dos sindicatos e federações elementos que não merecem a confiança do proletariado; que não pode haver liberdade sindical sem completa autonomia de organização em relação ao Ministério do Trabalho; que a previdência social e a justiça do trabalho só poderão beneficiar os trabalhadores quando estejam eles organizados em poderosos sindicatos e federações, dirigidos por verdadeiros líderes sindicais que mereçam a sua plena confiança e não por traidores vendidos aos capitalistas e seu regime de exploração e mistérios?

A realização de tal "congresso" no maior centro industrial do Brasil, constitui uma afronta aos bríos e à dignidade do proletariado paulista. Explorado miseravelmente e ludibriado por seus falsos "líderes", os trabalhadores de São Paulo estão atravessando uma das mais graves crises de sua história. Escorçados por um regime extenuante de trabalho, em que os extraordinários de dois, três e quatro horas já se incorporam à sua jornada normal de

trabalho; obrigados a se submeter a esse regime para não morrer de fome em face dos baixos salários que lhes são pagos; sujeitos ainda a uma concorrência crescente oriunda do baixo padrão de vida dos trabalhadores rurais que emigram em massa para os centros urbanos; desorganizados e sem amparo dos órgãos sindicais e jurídicos que poderiam minorar-lhes tão angustiada situação, — os trabalhadores de São Paulo são, relativamente, aqueles que mais de perto vêm sentindo todo o peso da crise econômica e financeira que atravessa o país. E os usurpadores e agentes ministeriais a soldo do patronato nem se pejam de escolher justamente São Paulo para exibirem a sua petulância de "dirigentes" sem o menor apóio de massas! Por isso mesmo o proletariado paulista está no dever de fazer sentir a tais lacaios do capitalismo que eles já estão sobrando há muito tempo. O Brasil vive há três anos sob regime democrático, não sendo mais admissível que o movimento sindical continue ainda sob regime de intervenção ministerial. Urge que sejam realizadas eleições livres em todos os sindicatos e federações. Os usurpadores de mandatos precisam ser varridos da atividade sindical dos trabalhadores. Para isso, o que se impõe, desde já, é a organização de comissões de operários em cada local de trabalho, de luta pela realização imediata do eleições em seus respectivos sindicatos, de modo a fazer sentir ao governo federal, ao Parlamento Nacional e ao povo em geral, através de telegramas, moções de protesto, abaixo-assinados e outros, manifestações, legais, o firme propósito em que estão de reconquistarem suas organizações sindicais, transformando-as no instrumento de ação para a melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Fora os agentes ministeriais a soldo do capitalismo! Abaixo o "congresso" do "pelegos"! Pela realização imediata de eleições sindicais!

A Comissão Executiva Estadual do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

A PLATAFORMA SOCIALISTA

(Conclusão da 1.a pag.)

maior acessibilidade dos serviços ao público.

b) — Reforma da organização judiciária no sentido de prestação mais econômica e mais rápida da justiça; oficialização de todos os tabelionatos e cartórios.

c) — Administração das empresas de propriedade do Estado sob orientação democrática, mediante a participação, nos respectivos atos de direção, de representantes dos trabalhadores das empresas, eleitos pelos mesmos.

d) — Saneamento das finanças estaduais, através de medidas adequadas, especialmente a criteriosa aplicação dos dinheiros públicos.

e) — Reforma do sistema de imposto de vendas e consignações, visando a sua diminuição progressiva, até a supressão, para os artigos que constituem o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação, tratamento médico e educação das pessoas de restrita capacidade econômica, bem como para os instrumentos manuais dos operários urbanos e rurais e dos pequenos agricultores; melhoria progressiva do imposto territorial e predial, urbano e rural, inversamente proporcional ao aproveitamento dos imóveis; isenção do imposto de transmissão para a propriedade imobiliária de pequeno valor destinada ao uso do adquirente e sua família, redução das taxas cobradas pelo Estado, especialmente da taxa de água, aos limites estritos da sua natureza, segundo o custo do serviço prestado.

3 — INDÚSTRIA E SERVIÇOS PÚBLICOS:

a) — Desapropriação e socialização progressiva dos serviços públicos de luz e força, telefone, gás e transportes urbanos e interurbanos.

b) — Planejamento industrial, incluindo o aproveitamento do potencial hidro-elétrico do Estado, o reaparelhamento ferroviário e rodoviário, medidas tendentes à diminuição do custo de produção e outras propiciadoras do desenvolvimento industrial em bases modernas.

c) — Progressiva municipalização e socialização dos serviços de distribuição de carne e leite às populações dos centros urbanos do Estado.

4 — TRABALHO, HABITAÇÃO E CUSTO DE VIDA:

a) — Garantia a todos os trabalhadores empregados do Estado, das empresas para-

estatais ou autárquicas estaduais de direitos iguais aos estabelecidos na legislação trabalhista para todos os trabalhadores em geral.

b) — Incentivo à organização de cooperativas de consumo e medidas tendentes ao combate à carestia e à especulação nos artigos de consumo popular.

c) — Medidas adequadas à solução do problema da habitação nos centros mais populosos, pela ação direta da administração estadual ou através dos municípios.

5 — EDUCAÇÃO E SAÚDE:

a) — Plano de educação visando principalmente a difusão do ensino primário gratuito e obrigatório, especialmente no interior do Estado. Autonomia didática e administrativa da Universidade.

b) — Orientação dos serviços de saúde pública, no sentido das tarefas propriamente higiénicas, de debelamento das endemias, prevenção e combate às epidemias, educação sanitária, organização de centros de saúde modelos e hospitais padrões, para orientar e estimular a eficiência das organizações previdenciárias, para-estatais e mesmo particulares, em favor da saúde pública.

6 — PROBLEMAS RURAIS:

a) — Aplicação do princípio constitucional do uso da propriedade condicionado ao bem estar social; desapropriação e nacionalização das propriedades improdutivas, incluindo sua cessão a cooperativas de produção, de trabalhadores braçais; municipalização e socialização dos serviços de armazenamento de produtos agrários, das câmaras de expurgo, das usinas de refinação, dos portos de pesca fluvial e marítima, das minas e outras fontes de adubos naturais, etc.

b) — Medidas tendentes a assegurar à população trabalhadora dos campos os direitos de sindicalização livre, de associação, de reunião, de manifestação escrita e falada, de greve, de contrato coletivo de trabalho, residência fora das fazendas, liberdade de culto, férias, proteção à mulher e aos menores no trabalho e, de em modo geral, todas as garantias asseguradas, na legislação trabalhista e sanitária, aos trabalhadores.

c) — Medidas tendentes ao incentivo da produção agrária, modernização e mecanização

da exploração rural, combate à especulação dos intermediários, amparo aos pequenos e médios lavradores, facilitação de crédito, desenvolvimento dos institutos de pesquisas e estações experimentais, etc.

POR UM JORNAL SOCIALISTA DIÁRIO

Conforme o plano aprovado na última reunião plenária da Comissão Estadual, o Partido está empenhado em editar um jornal diário, sob sua orientação, dentro de curto prazo. Trata-se de um empreendimento de envergadura, que deve merecer todo o esforço dos socialistas de São Paulo.

Afim de ser lançada, desde logo, a campanha de angariação de fundos, é imprescindível que tenhamos um nome adequado para o jornal, nome sugestivo, que facilite a sua penetração no seio do povo. E, para conseguir isso, nada melhor que selecionar, entre muitas sugestões, aquelas mais felizes. Por isso, a C. E. Estadual pede a todos os membros do Partido em São Paulo que encaminhem à sede do Partido, desde já, sugestões sobre a denominação mais adequada para um jornal diário, de orientação socialista e que possa alcançar larga divulgação nos meios populares.

A denuncia do...

(Conclusão da 1.a pag.)

Departamento Estadual do Trabalho. O que o Governo Federal quer é que o Departamento Estadual do Trabalho se preste ao jogo eleitoral da grande burguesia brasileira, representado principalmente pelo P. S. D. Enquanto ocupou os Campos Eliseos um cidadão de confiança dessa grande burguesia, não se incomodou o Governo Federal com o fato de São Paulo gozar de "autonomia" em questões trabalhistas. Mas, quando se acha instalado no governo paulista um aventureiro que não merece aquela confiança, corre o Governo Federal, acodadamente, proclamando o seu "interesse pelos trabalhadores".

Assistimos a mais esse episódio da luta entre os dois blocos eleitorais, com absoluta indiferença, pois que ele nada tem a ver com o interesse do povo e especialmente dos trabalhadores de São Paulo.

A. C. C.

BALANCETE DE "FOLHA SOCIALISTA" EM 31/5/49

RECEITA	
Saldo em 30/4/49	1.620,20
Contribuições	5.200,00
Capital	1.000,00
Santos	1.150,00
Araraquara	450,00
Porto Alegre	100,00
Assinaturas	80,00
Anúncios	375,00
TOTAL	9.956,20
DESPEZA	
Tipografia	7.000,00
Ordenados	700,00
Remessa	219,30
Despesas	114,00
Mat. fotográfico	130,00
TOTAL	8.163,30
SALDO	1.792,90

BALANCETE DE "FOLHA SOCIALISTA" EM 30/6/49

RECEITA	
Saldo em 31/5/49	1.792,90
Contribuições	6.400,00
Capital	1.000,00
Florida Paulista	100,00
Cubatão	40,00
S. André	500,00
Assinaturas	140,00
Anúncios	440,00
TOTAL	10.412,90
DESPEZA	
Tipografia (n.º 27 e 28)	7.000,00
Ordenados	1.100,00
Remessa (n.º 28 e 29)	433,60
Registro	268,00
Despesas adm.	106,60
TOTAL	8.908,20
SALDO	1.504,70

A próxima Convenção Nacional O Partido Socialista e a Situação Internacional

Relatório apresentado pelo comp. HEFMES LIMA

Difícil e cheia de pesadas nuvens, pressagiando borrascas, é a situação internacional. Requer um exame para ser melhor compreendida.

I

O desfêcho da guerra modificou radicalmente o panorama internacional. Das sete grandes potências existentes em 1939 — Alemanha, Itália, Japão, França, Inglaterra, Rússia e Estados Unidos — só duas, a rigor, emergiram do conflito conservando essa categoria. Dizemos — a rigor — em face da situação da Inglaterra que, apesar de tudo, conserva triunfos poderosos em suas mãos.

Mas, o após-guerra está dominado pela rivalidade dos chamados "dois grandes": Estados Unidos e Rússia. São os dois polos, os dois pontos de referência da política internacional do presente.

II

Apesar dos acórdos de Yalta e de Postdam, o mundo encontra-se dividido em dois blocos rivais, cujo antagonismo tem assumido, por vezes feições agressivas particularmente perigosas para a paz. A divisão da Alemanha ilustra bem o ocorrido. A divisão fora previamente concertada. Esperava-se, apesar da forma política e económica diferente apresentada pelas duas Alemanhas, entendimento e colaboração entre as partes ocupantes: ocidentais de um lado, russos, de outro.

Mas, na conferência de Moscovo, de março de 1947, patenteou-se que os antigos aliados não se entendiam sobre o problema da Alemanha. Peis de importância económica e estratégia fundamental, cada qual desejava organizá-lo senão à imagem, pelo menos para servir aos seus interesses. A questão da segurança nacional, que recobria a segurança de dois sistemas de vida diferentes — o soviético e o anglo-americano — passou a dominar as relações entre os antigos aliados.

Em 1945, no outono, no ano da terminação da guerra, a Conferência dos Ministros do Exterior, terminou em fracasso. Grande parte, talvez a maior parte desse fracasso, proveio do segredo que os americanos decidiram manter sobre a manufatura da bomba atómica, já que não encontravam motivos para confiar nos russos. Molotov declarou então que, enquanto houvesse segredo, nada de importante e perdurável se poderia fazer pela paz. Atlee tentou desfazer o "impasse", obtendo que os Estados Unidos concordassem num plano permitindo que o segredo fosse partilhado. Daí a proposta, o plano Lillenthal.

Atribuir-se-ia ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a autoridade para controlar em toda parte a produção da energia atómica, de modo a assegurar que a mesma jamais se empregaria na guerra. Exigia isto a fiscalização permanente de todas as fábricas de energia atómica e também da produção do material respectivo, no território de cada país. Eram agora os

russos que não queriam se submeter ao plano Lillenthal, alegando contra o mesmo o propósito de, a expensas do poderio soviético, tornar ainda maior o dos Estados Unidos.

III

E, todavia, na luta contra o nazismo e o fascismo, russos e aliados combateram juntos. Entretanto, o nazismo e o fascismo proclamavam-se, acima de tudo, anticomunistas. Os regimes de Hitler e Mussolini consideraram-nos os governos ou meios conservadores dominantes da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos como a barreira por excelência contra o comunismo. Nesse sentido, tanto o ditador italiano quanto o alemão receberam preciosa ajuda. O grande empréstimo de Morgan a Mussolini. Epoca do dilema — pápio: Roma ou Moscovo. Ninguem então, se lembrava de identificar nazismo e fascismo com comunismo.

Não é novidade que o médo do comunismo se conta entre os elementos mais poderosamente determinantes do fracasso da Liga das Nações. Abandonaram-se as sanções contra a Itália, no caso da agressão à Abissínia, porque os meios políticos e económicos dominantes, ingleses e franceses, temiam que um cheque-inate no prestígio de Mussolini abrisse perspectivas aos comunistas na Itália. Pelo "incidente" da Mandchúria, em 1931, foi o Japão condenado como agressor. Mas para a Inglaterra, conforme nota Harold Laski, sacrificar a China ao imperialismo japonês era mais agradável do que detê-lo ou destruí-lo.

Em face das agressões de Hitler, preferiu-se ou as ignorar ou considerá-las fora dos quadros da Liga, no propósito de excluir a Rússia dos debates e decisões sobre a matéria. Essa política culminou em Munich. Entretanto, a Liga expulsou do seu seio a Rússia, por causa da agressão à Finlândia.

IV

Apesar de tudo, aliados e russos terminam combatendo ombro a ombro, a Alemanha hitlerista e a Itália fascista. O governo inglês, presidido por esse ilustre conservador inimigo jurado do comunismo, que é Churchill, não hesitou um segundo em aliar-se à Rússia. Não tardou muito, e os Estados Unidos reforçaram a aliança, impedidos pela agressão nipónica.

Que teria acontecido para produzir tal acontecimento? A evidência da extensão e da implacabilidade da agressão nazi-nipo-fascista. Alemanha, Itália e Japão lançaram-se a um dos movimentos predatórios mais vastos da história e a cujo serviço colocaram a mais bem aparelhada máquina militar até então conhecida. Desmascarara-se o caráter agressor do nazi-fascismo contra tudo que não fosse nazismo ou fascismo, ou ao sistema não quizesse se submeter. Patente ficou o engano dos aqueles que chocaram o nazismo e o fascismo como a

barreira, por excelência, contra o comunismo. O nazifascismo não era apenas isto. Não se limitava a instrumento de uma política anticomunista. Era em si mesmo e para si mesmo um plano de dominação de povos, organizado em forma de pirâmide, em cuja cúpula se assentariam, detendo o controle da ciência e da técnica, os povos eleitos e, eleito entre todos, inclusive pela superioridade e pureza da raça, o povo alemão.

V

O nazi-nipo-fascismo caracterizara-se como inimigo comum a russos e aliados. Aos governos das democracias ocidentais parecera, nos anos anteriores à guerra, que, pelo respeito à propriedade privada dos meios de produção, o sistema nazi-nipo-fascista serviria de aliado natural, embora não raro incómodo do sistema capitalista dominante nessas democracias. Politicamente eles, os nazistas e fascistas, formariam mesmo uma espécie de polícia especial, de polícia de choque contra os comunistas. O me-

lhor corpo dessa polícia localizava-se exatamente no ponto mais estratégico da Europa para deter a onda vermelha: eram os nazistas do terceiro Reich.

O caráter ditatorial, o regime dos campos de concentração, o racismo jamais constituiram obstáculo aos olhos dos governos das democracias ocidentais, a que o nazismo e o fascismo fôsem considerados aliados na luta anticomunista. Aos olhos desses governos os aspectos políticos inerentes ao nazismo ou ao fascismo, poderiam no máximo ser havidos como "males necessários". Os governos das democracias, traduzindo os sentimentos das classes dominantes, de que eram a expressão, só queriam ver no nazi-nipo-fascismo uma vanguarda encorajada, motorizada do capitalismo contra o comunismo. Foi necessária a guerra para que a ilusão se desfizesse. O nazi-nipo-fascismo desenvolveu-se, não como negação do capitalismo, é verdade, mas afirmando-o, porém dentro de um esquema de supremacia mundial de certas na-

VI

Com a palavra "democracia" procurou-se no decurso da guerra mascarar para efeitos de propaganda, de moral de guerra, as diferenças fundamentais entre o regime soviético e o regime capitalista. Sentiam, porém, os governantes mais lúcidos, Roosevelt à testa deles, que tais diferenças conduziram a dificuldades muito sérias. Esse sentimento terá sido o principal responsável pela política dos acordos explícitos ou tácitos, cujo resultado foi a divisão da Europa em esferas de influência. A criação dessas esferas de influência suscitou problemas, que viriam sem tardança agravar as relações entre antigos aliados. Realmente, que significaria esfera de influência? Até onde o "influyente" ligariam a vida e o destino das esferas ao seu próprio destino? E' exato que os chamados países libertados ficaram adstritos ao respeito de certas linhas de conduta organizatória de ordem política, aprovadas pelos "grandes".

Determinou, entretanto, a "guerra fria", alimentada pelas suspeitas recíprocas entre Estados Unidos e Rússia que as "esferas de influência" logo se convertessem em esferas de segurança. Rússia e Estados Unidos atiraram-se, antes de mais nada à organização da respectiva esfera de segurança nacional, prevenindo, cada qual a seu modo e com seus meios, os azares de possível luta armada.

Tirando partido da vizinhança, da presença de suas tropas da ação dos partidos comunistas, agiu a Rússia no sentido de assegurar seu predomínio nas "democracias populares". Nessas democracias, o partido comunista, através de golpes de força, assumiu o controle da vida nacional. Com diferenças locais, em cada uma delas estabeleceu-se uma ordem económica e política à imagem da ordem e da economia soviéticas.

A seu turno, os Estados Unidos, monopolizadores da bomba atómica, não perderam tempo. Cercaram a Rússia de bases militares, principalmente aéreas. Armaram a Turquia. Chamaram a si a consolidação do governo grego. Gastaram bilhões para auxiliar os nacionalistas chineses. E, afinal, o Pacto do Atlântico, e o consequente armarmento pelos Estados Unidos das nações ocidentais da Europa, pelo receio de que viessem a ser vítimas de tentativas de ocupação soviética.

VII

Desde que surgiu, jamais deixou o regime soviético de causar desgosto, apreensão e médo ao regime capitalista. Jamais deixou de ser combatido por esse regime. Termi-

(Continúa na 4.ª pag.)

Justiça do Trabalho

N. R. — Nesta Secção procuramos dar aos trabalhadores, leitores de nosso jornal, algumas noções práticas sobre questões trabalhistas, que possam servir-lhes de orientação. Nela, também, responderemos a todas as consultas que nos forem dirigidas, por empregados de quaisquer categorias, sobre dúvidas ou questões que tenham em andamento.

A Greve e a Justiça do Trabalho

Como é sabido, até 1946, e desde a implantação da ditadura getulista, o greve era totalmente proibida aos trabalhadores. O empregado que entrasse em greve cometa falta grave, que sujeitava a dispensa do emprego, sem qualquer indenização, e estava, além disso, sujeito a processo criminal, pois a greve era expressamente prevista, no Código Penal, como delito. Pouco tempo antes de ser promulgada a Constituição Federal, em 1945, porém, e como os dispositivos constitucionais deviam incluir o direito de greve, como uma das garantias democráticas, o governo Dutra promulgou o decreto-lei n.º 9.070, de abril de 1946, "regulamentando" esse "direito". A "regulamentação" contida no decreto-lei n.º 9.070 representa pouco menos que a proibição total da greve. Foi um dos muitos truques reacionários do governo Dutra para fraudar uma das garantias democráticas fundamentais que a Constituição deveria assegurar aos trabalhadores. Por esse decreto-lei, a greve é proibida em todos os "ramos fundamentais" da economia. E como tais são considerados quase todas as atividades industriais, ficando, ainda, facultada a inclusão de outras atividades nessa categoria.

A Constituição de setembro de 1946 incluiu, entre as garantias democráticas, o direito de greve, estabelecendo, porém, que o exercício desse direito será regulamentado em lei. Posteriormente, surgiu, no Congresso, um projeto de lei regulamentando a greve, projeto esse que, como muitos outros de grande importância, dorme há muito tempo em uma das comissões da Câmara dos Deputados.

Disso tudo resultou uma situação confusa para as questões trabalhistas consequentes às greves operárias, na Justiça do Trabalho. A solução mais simples e justa seria a Justiça do Trabalho julgar, desde logo, inconstitucional o decreto-lei n.º 9.070, a partir da vigência da Constituição que estabeleceu o direito de greve sem restrições. Mas, devido à sua forte inclinação patronal, a Justiça do Trabalho tem entendido de forma contrária, isto é, que, o decreto-lei n.º 9.070 é constitucional. Por outro lado, permanecem ainda de pé os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Código Penal que facultam a punição da greve como a dispensa do emprego e a prisão.

Pensamos nós que essa tendência patronal da Justiça do Trabalho só poderá ser vencida por uma situação de fato que imponha o reconhecimento do direito de greve, já assegurado, formalmente, na Constituição. Desde que a greve atinja um grande número de empregados de uma empresa, de forma a tornar penosa e escandalosa a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho e do decreto-lei n.º 9.070, os juizes trabalhistas serão levados a dor caso de causa aos trabalhadores, como aconteceu, recentemente, no ganho da Votorantim. Porque, sem dúvida, base legal existe para que toda e qualquer greve motivada por reivindicações económicas seja considerada legal, não passível de qualquer penalidade.

ADVOGADO

O PARTIDO SOCIALISTA E A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

(Continuação da 3.ª pag.)

cial tornou-se ainda mais aguda. O pensamento político anticapitalista ganhou maior ímpeto, expandiu-se por novos setores. Os partidos da esquerda — socialistas, comunistas, trabalhistas, que, por toda a parte, inclusive no mundo colonial, surgiram ou cresceram, alarmaram, de modo especial, o sentimento de segurança capitalista. Tinha de ser profunda a repercussão desse alarme nos Estados Unidos, convertidos especialmente depois da guerra em fortaleza do regime capitalista.

Na Inglaterra, os trabalhistas assumem o poder, infringindo aos conservadores derrota de alcance histórico e tanto mais significativa quanto na chefia dos "tories" se achava a figura de Churchill, que, na direção da guerra, se conduziu de modo a conquistar a gratidão nacional britânica. Derrotada que fosse a Rússia pela Alemanha, teriam os trabalhistas ganho as eleições gerais em 1945? É indubitável que a irradiação da idéia socialista e também da "ameaça" socialista deveu imenso ao fato de haver a Rússia emergido vitoriosa da luta.

Assim, ao findar-se a confissão, tornou-se o "perigo" socialista mais iminente do que nunca aos olhos dos guardiões do capitalismo. Em sua típica reação conservadora, Churchill converteu-se, desde logo, em porta-voz dos receios do mundo capitalista. Seu discurso de Fulton foi um toque de reunir. A classe dominante norte-americana, os homens de negócio, os grandes industriais cerraram fileiras em torno de uma política para deter a "agressão" soviética. E através da máquina estatal americana, especialmente do Departamento de Estado, conduziram essa política ao ponto de convertê-la em elemento antes favorável à guerra do que à paz. Desse modo, o imenso poderio americano, reforçado pelo segredo da bomba atômica, pareceu enquadrar o momento azado para se assegurar o triunfo da democracia burguesa sobre o sistema soviético.

VIII

Por sua vez, o caráter internacional do movimento comunista sofrera violento desvio. De movimento político ligado ao plano ideológico partidos com os mesmos objetivos sociais revolucionários, acabou convertido pela Rússia em movimento não só de defesa das posições, do prestígio da União Soviética, como em instrumento de seus desígnios próprios nacionais, no plano internacional. Esse processo conduziu à completa subordinação à Rússia dos partidos comunistas não russos. Foi o sentido da Terceira Internacional, Komintern, entre as duas guerras. Terminada a confissão, em face do fracasso das negociações de Moscou, promoveu a Rússia a formação do Kominform, organismo destinado a controlar com maior rigidez ainda a atividade dos partidos comunistas, inclusive o sentido de sua ação interna, conforme bem ilustra o episódio da Jugoslávia.

Engajada no jogo de prestígio e segurança com os Estados Unidos, e, por sua vez, movida também por suspeitas e desconfianças, antigas umas, contemporâneas outras, tirou a Rússia partido de seus triunfos

militares, conquistando vasta zona de segurança em diversos países do oriente europeu. Nesses países "uma revolução de tipo misto, mas a — comunista, logrou o poder através de pequenas minorias apoiadas pelo ocupante militar". Essa expansão política e ideológica consideraram-na os governos dos países ocidentais da Europa e o governo dos Estados Unidos, como atos de agressão, e que a mesma ameaçava, inclusive com o apoio do exército vermelho, a independência das nações europeias.

Agrava-se, então, a política de intimidação recíproca entre os dois blocos. Ato típico dessa política foi a declaração dos partidos comunistas de que apoiariam a Rússia em caso de guerra.

Perdiam assim abertamente esses partidos o verdadeiro sentimento da solidariedade ideológica no plano da ação socialista, e, em consequência, começaram a trilhar o caminho das contradições escandalosas, dos reatos dramáticos, das investidas subitâneas, das atitudes paradoxais, exatamente porque se colocaram a serviço da política de uma potência como política com a causa do socialismo.

IX

A seu turno, a política americana para deter o "agressor" desenvolveu-se dentro de um quadro, que, desde logo, lhe imprimiu o caráter de política em defesa do "statu-quo" capitalista. Deter o agressor, mas para conservar a supremacia curiosamente chamada "free enterprise".

Embora não ambicionem conquistas territoriais, os Estados Unidos precisam conquistar mercados. E' condição cada vez mais necessária ao desenvolvimento do seu potencial econômico, ao aumento senão à manutenção do seu nível de vida, no progresso do seu comércio exterior. E' tal o desequilíbrio entre suas possibilidades de produção e as possibilidades de pagamento de seus clientes, que, para fazer face à conjuntura, elaboraram o plano Marshall, e cogitam de inverter capitais nas denominadas áreas atrasadas.

Dado que o mercado interno não absorve a produção nacional, "a viabilidade do sistema americano, sobretudo considerado no seu presente nível técnico, tem de escolher entre a captura de grandes mercados externos e o aumento de desempregados". Por isto mesmo são os Estados Unidos compelidos a intervir na mais vasta área possível do mundo e, correlativamente, garantir "a segurança" dessas regiões contra qualquer sistema socialista. Em consequência, toda política socialista, ou mesmo a intervenção do Estado na economia, são consideradas pelas classes dominantes americanas como ameaças ao sistema da "free enterprise". De onde, a observação de Laski: "estão tentando compê-lo o resto do mundo a ajustar suas instituições econômicas à teoria chamada pelos seus homens de negócio de 'livre empresa', exatamente no momento em que grande parte do mundo a está cada vez mais rejeitando, à

luz dos próprios resultados que proporciona".

Do ponto de vista econômico, observa ainda Laski, "não são os Estados Unidos "a free trade power", mais um país fortemente mercantilista, e não há razão aparente de supor que estejam dispostos a abandonar o mercantilismo em futuro próximo".

X

Evidentemente, os dois sistemas, o americano e o soviético, condicionam valores econômicos, sociais e culturais diferentes e mesmo antagonísticos. Esse antagonismo sobrepõe-se pesadamente às relações entre os dois países e torna cada qual deles mais suspeito do outro, suspeitoso até quanto a pesquisas científicas.

Resta indagar se tal antagonismo só poderá conduzir à guerra, ou se haverá possibilidade de coexistência dos dois sistemas.

Será a guerra fatal? Não se achará ao alcance da ação dos homens trabalhar os acontecimentos noutro sentido que não o de nos lançarmos numa luta de mútuo extermínio? A ação e a inteligência não são escravas dos acontecimentos. Condicionam-se aos acontecimentos, porém estes não determinam, com o peso da fatalidade, que só uma saída exista para a superação dos conflitos.

A coexistência dos dois sistemas parece perfeitamente possível porque são imensas as possibilidades do comércio entre as duas áreas por eles cobertas. Os Estados Unidos encontrarão na esfera soviética de influência, na própria Rússia, na Ásia, particularmente na China, mercados que ajudarão a manter sua prosperidade nacional e o funcionamento do seu sistema econômico. No desenvolvimento das áreas atrasadas, encontrarão por igual vastas chances de novos mercados.

A política russo-americana teria assim de guiar-se pelo sentimento da compatibilidade da existência dos dois sistemas e, à esta luz, limpar a atmosfera internacional das medidas, dos obstáculos, dos receios que impedindo a aproximação pelo comércio, isolam os dois mundos, agravam as desconfianças recíprocas e provocam a psicose da guerra. Porque outra solução será a guerra. Assegurar a paz por meio da guerra, esperar o triunfo de um bloco sobre outro as delícias de um mítico "democrático" ou "socialista" é desconhecido, antes de mais nada o caráter da guerra moderna sob a égide da bomba atômica.

A liberdade, eis a primeira vítima da guerra. A simples preparação para a guerra moderna processar-se-á com sacrifício da liberdade, pois "a preparação da guerra totalitária só pode ser totalitária". Totalitária pela natureza de suas armas e de seus métodos, ideológica pela visão do mundo, que separará os contendores, não deixará a guerra lutar para liberdade de espécie nenhuma.

Nós, socialistas, devemos pensar que dessa guerra não sairá o mundo preparado para nenhuma forma de libertação do homem das alienações

que o tornam um ser alheio ao próprio destino e desconhecedor das próprias possibilidades. Ela poderá mesmo determinar a ausência de elementos e condições capazes de proporcionarem base organizatória de pensamento e de ação política visando a síntese mais elevadas do progresso social. A paz possível não corresponderá a nenhuma idéia utópica ou idílica de paz. Significará antes de tudo, ausência de guerra. Mas permitirá, sem dúvida, que as transformações sociais em cada nação se processem dentro de um clima histórico comum, embora com diferentes repercussões em cada uma delas. Não aparecerá, por certo, a atração ideológica das concepções políticas concorrentes. Mas ajudará a impedir que a vida interna dos povos tenha de configurar-se por um dos dois modelos em voga, pela simples razão de que

tais modelos deliberaram destruir-se um ao outro e, necessitam, portanto, de estender sua área de predomínio e controle.

Nós, socialistas, estamos bem colocados, e de cabeça bastante fria, para verificar e proclamar que a causa da paz não se identifica nem com a causa da supremacia da Rússia nem com a dos Estados Unidos. O trabalho pela paz comporta diversos aspectos da mesma atitude; a) oposição à política e às medidas de intimidação recíproca (segredo da bomba atômica, pacto do Atlântico, corrida armamentista, declaração dos partidos comunistas de solidariedade à Rússia, etc.); b) apoio ao desenvolvimento do comércio entre Oriente e Ocidente; c) apoio ao intercâmbio cultural e livre troca de informações; d) conclusão dos tratados de paz com os povos vencidos e consequente retirada das tropas de ocupação; e regime da separação entre Iugreja e Estado.

(Continúa na 5.ª pag.)

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praga Antonio Prado, 9 - 11.º andar
Salas, 1107/9 - Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 - SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO
FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46
2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209
11.º andar - Salas 1.104-6-8-10
Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO
ANTONIO COSTA CORREIA

RUA FRAQUIQUE COUTINHO, 303
R. CONS. CRISPINIAND, 79
5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502
R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º
SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138
3.º Andar - Tel. 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.
Tel.: 2-0168

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFATIES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS KIOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

Dr. Perciles Maciel

MEDICO

Consultorio: Benjamin Constant 61, 8.º
Telefone: 2-8555
Residência: Al. Rocha Azevedo, 1057
Telefone: 8-7458

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MEDICA

Rua da Estação, 13

TREMEMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clínica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduada)
Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

A aventura das refinarias de petróleo

zada, lhe foi entregue, em setembro de 1946. Não foi antes porque sua empresa não estava organizada. O aforamento do terreno ocorreu em fins de 1946. Mas o terreno foi logo posto à disposição dele, para fazer sondagens e, entretanto, até hoje, esse concessionário não assinou a escritura de aforamento, não pagou nem a joia nem o fóro.

Teve o terreno para fazer sondagens, sem assinar escritura de aforamento, sem pagar a joia e sem pagar o fóro — e se queixa da burocracia, alegando que a burocracia é que está prejudicando.

Alega mais, o Grupo Drault, que o Governo decidiu financiar. Ora, esse grupo também podia ter obtido dólares à vontade: Durante dois anos e tanto os dólares estiveram ali para serem comprados por quem tivesse dinheiro para comprar. O presidente da República afirmou que não mandou financiar ninguém. O concessionário Drault afirma que o Presidente da República mandou financiar. Com quem está a verdade? Com o Presidente da República ou com o concessionário Drault?

Este concessionário não quer, também, que o Estado tenha lucros nas refinarias, para não ir de encontro à política de preços baixos da energia. É isto mesmo, mas este é um dos motivos pelos quais se condenam os concessões particulares, que visam maiores lucros. O Estado, explorando a refinação estará, a nosso ver, em condições de assegurar preços mais baixos do que o particular.

O ESCANDALO DO MATAPARI

Direi, agora e no final do meu discurso, algumas palavras sobre a refinaria de Matapari, porque, se prevalecer a lei que mandou organizá-la, acontecerá um escândalo inominável.

É o seguinte: o concessionário Drault, pleiteia os mesmos favores concedidos à refinaria de Matapari. Esta, porém, até hoje, pertence totalmente a Fazenda Nacional, ao Tesouro. Não há favores a terceiros e seu preço, que está sendo integralmente custeado pelo Governo subirá a Cr\$ 100.000.000,00. É verdade que a lei que criou essa refinaria diz que ela será operada por uma sociedade mista. Esta lei, porém tem de ser revogada. Não é possível mantê-la.

Então, depois de totalmente construída pelo Estado, depois de estar operando junto aos campos petrolíferos do Reconquista baiano, poderá o Governo oferecer ao capital, que fugiu à subscrição, 50% das ações dessa refinaria?

Se o Estado vai construir e operar uma refinaria de 45.000 barris diários, por que não conservar em seu poder também a refinaria de Matapari, que produzirá 5 mil barris diários? Quem não vê o absurdo da solução que aguardaria Matapari, se, depois de construída, se, depois de estar em funcionamento, fosse entregue, ou vendida a particulares? Então, por que o Governo vai montar uma refinaria de 45.000 barris diários? É possível conceber-se uma coisa dessas, em relação à refinaria de Matapari, quando o Governo decidiu, agora, montar e explorar por sua conta, a refinaria de 45.000 barris diários? Isto é um absurdo que não poderá passar pela cabeça de nenhum Governo neste país. Não há Governo capaz de alimentar semelhante absurdo.

O MONOPÓLIO DOS CONCESSIONÁRIOS

Desejo, porém, chamar a atenção da Câmara para o fato de que os concessionários retêm verdadeiro monopólio. Pergunta-se, muitas vezes, por que não financiar essas refina-

(Conclusão da 6.a pag.)

rias, se o negócio é tão bom, tão certo, se o Governo será reembolsado do capital emprestado em prazo tão curto. Por que, então, não financiar? Qual o motivo? Porque os concessões dados representam, nas mãos dos concessionários, verdadeiros monopólios. Monopólio, Srs. Deputados!

O que os concessionários têm, em suas mãos, é, repito, um monopólio. Se verificarmos o Decreto-lei 395, concluiremos que os favores concedidos representam verdadeiros monopólios, já que tais favores asseguram a garantia de preços mínimos; defendem as refinarias contra o "dumping"; dão-lhes privilégio de mercados; evitam a concorrência entre as empresas.

Pois os concessionários, depois de obterem o monopólio da indústria de refinação para abastecer as duas mais ricas zonas do país — Rio e São Paulo — ainda debateram contra o Governo, porque este não lhes quer emprestar dinheiro!

Aí, então, eu repetiria o que disse aqui, no meu primeiro discurso: se o Governo financiar as refinarias, estarão fazendo negócio de pai para filho; o Governo estará protegendo a particulares, e não protegendo a

indústria nacional, pois não é possível que uma concessão meta nas mãos de particulares um monopólio dessa natureza, e que esses particulares ainda queiram fazer esse monopólio funcionar à custa de dinheiro tomado emprestado ao Governo! Não creio que o Presidente da República possa autorizar negócio dessa natureza, que, a se realizar, seria, realmente, um dos maiores escândalos administrativos da história — não da vida republicana, mas, da vida política do país.

Mas os concessionários debatem contra o Governo, apesar de terem um monopólio formidável nas mãos, negócio certo, com privilégio da zona, com preços remunerados compulsoriamente garantidos, defensões contra o "dumping". Não é possível dar mais. Entretanto, esquecem-se dos favores extra-contra-tuais, que receberam: prorrogação de preço, algumas ilegais; transferência de concessão com aumento substancial de quotas, mas sem aumento de capital; aforamento camarada de terreno, etc. E bradam pela financiamento, sob a alegação de que a indústria é fundamental ao Estado, de lucro certo, e de que o Governo receberá, em curto prazo, o capital emprestado.

Os concessionários — isto é muito interessante — apresentam-se nos negócios do Governo, não como homens de negócio, em cujas mãos foi parar um monopólio, fontes de grandes lucros, mas, sim, como delegados da Nação, emissários de olvas vestes, idealistas e sofrores de tanto se sacrificarem no altar da Pátria. Os concessionários não são, pois, homens de negócio; converteram-se, agora, em delegados da Nação. Esta conferiu-lhes esse mandato de sacrifício, impôs-lhes esse ônus formidável; e eles estão, generosamente, exaustivamente, a serviço dos superiores interesses do país, não visando lucros, nem bons negócios, mas apenas lutando para instalar no Brasil uma indústria fundamental para a sua segurança e o seu progresso.

Eis aí em que se converteram os concessionários. Mas creia o que faltava: — que eles se viessem apresentar ao público, ao Congresso e ao Governo como homens que estão padecendo de tanto se imolarem no altar da Pátria... Não! Eles estão sofrendo porque não têm dinheiro (Risos). Quem se aventura a um negócio desses sem dinheiro tem, mesmo, que sofrer! (Risos). Onde já se viu alguém querer empreender um grande negócio sem dinheiro, e não sofrer? É sofrimento horrível! E agonia indescritível! (Risos).

O Sr. Tristão da Cunha — Permite-me V. Exa. um aparte. Aliás, a indústria nacional é toda assim: vive à custa da Nação, dizendo que concorre para a sua grandeza.

O ESTADO E OS GRUPOS ECONÔMICOS

O SR. HERMES LIMA — Nas condições, atuais, não há — peço a atenção dos meus nobres pares para estas últimas considerações — a indústria do petróleo é monopólio do Estado, ou de grandes companhias particulares entrosadas na política do Estado a que pertencem e que lhes atribui com proteção e assistência. E o que está dito e documentado no relatório da Comissão que elaborou o anteprojeto. Tudo indica, portanto que a indústria do petróleo nacional seja organizada sob a forma de monopólio do Estado. Em outras mãos — atentem bem para este ponto — ela constituiria formidáveis núcleos do poder econômico, como quem o Estado acabara repartido de sua autoridade. O Estado poderá fazer as leis de fiscalização e controle legal que entender. O

A CRISE DO BLOCO RUSSO

(Continuação da 5.a pag.)

só partido único, o partido comunista, distorcido com diferentes nomes.

Todavia, as verdadeiras causas da crise social não foram tocadas, senão, ao contrário, viram-se acentuadas pelas necessidades políticas e econômicas da Rússia. O propósito desta era e é duplo: por uma parte, anexar-se direta ou indiretamente a maior parte possível de território europeu, tanto por necessidade militar de alargar suas fronteiras como para acentuar sua hegemonia política e alcançar categoria de grande potência no cenário mundial; e por outra, beneficiar-se das riquezas dos países conquistados, fortalecendo desta maneira sua quebrantada economia. Na realidade, tanta em um como em outro caso, ambos complementados e impraticáveis um sem o outro, a Rússia obedeceu em todo momento à dinâmica da sua ação imperialista. E como seu imperialismo é de caráter conquistador, com uma política de rapina que nada ou muito pouco tem a ver com o imperialismo colonialista ou de expansão financeira, a brutalidade de sua imposição se manifestou clara e redundante. Basta recordar que "o país do socialismo" obrigou seus satélites, sem execução, a pagar a título de reparações avultadas somas, tanto mais elevadas pela ruína e devastação sofridas por todos eles no curso da ocupação hitleriana e da guerra.

Outro dos procedimentos seguidos pelo Kremlin e que demonstra eloquentemente sua política de rapina foi a liquidação de todas as sociedades industriais e a criação de outras novas em seu lugar, nas quais a única novidade consiste na substituição da participação estrangeira pela russa... sem que para isso trouxesse a menor parcela de capital. Desta forma, sem gastar um centimo, o Kremlin se encontra com a maioria das ações da indústria checo-eslovaca, do petróleo romeno, das minas de carvão polonesas, etc. Em sua interessante obra "O Bloco Soviético", Nicolas Clavier põe a descoberto tudo isso, citando entre outros o exemplo seguinte: 75 por cento da produção da Alemanha Oriental em 1947 foram entregues à Rússia, sendo 30 por cento das so-

verdadeiro controle, no entanto, será sempre o do poder econômico, que é mais forte do que os textos legais. O poder econômico controla muito mais a elaboração e a aplicação das leis do que as leis fiscalizam o poder econômico. Isto é a história da vida de todas as nações particularmente da vida industrial moderna e que desafia qualquer contestação.

A SOLUÇÃO ACERTADA

A solução estatal, portanto, se impõe. O Senhor Presidente da República não hesite: a refinaria de 45.000 barris é o grande exemplo, o rumo certo; não caia no círculo que os concessionários de novo lhe estão fazendo. Eles estão apertando o círculo em torno do Presidente da República, com os mesmos elementos que já o enganaram e que não tiveram capacidade de mostrar a S. Exa. um original desaparecido de um dos decretos de prorrogação de prazo da concessão Soares Sampaio.

Defenda-se o Sr. Presidente da República. Defenda-se, porque isto também é guerra do capital particular monopolista contra o monopólio do Estado; guerra de lucro fácil, certo e garantido, do capital particular monopolista contra as vantagens que a Nação, por intermédio do Governo, pode e deve tirar da exploração do petróleo e da indústria de refinação.

(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador e cumprimentado).

riedades propriedade russa e 40 por cento estando nacionalizados e administrados por representantes russos. Pouco mais ou menos, no resto dos países do leste, a situação é semelhante. A nacionalização realizada tiveram por duplo objetivo liquidar a influência do capitalismo estrangeiro e eliminar os restos do capital autóceno, ao mesmo tempo que representavam uma forma indireta de adaptação aos ordens do Kremlin e ajustamento às necessidades econômico-estratégicas do mesmo. Servindo-se deste estratagem, a Rússia estabeleceu um circuito de trocas comerciais a fim de garantir para si os materiais que lhe interessam e que são pagos com produtos que não são seus, tratando assim de guardar um pouco as aparências. Ultimamente pudemos ler na imprensa internacional que a Rússia fazia concorrência ao tabaco americano, em território austriaco, com tabaco... búlgaro.

E' natural, pois, que esta política de rapina — a expressão há de ser necessariamente repetida, por ser justa — provocasse uma situação de crise nos países do leste, não obstante a planificação. E' preciso ter em conta que para poder manter a hegemonia, o Kremlin impôs ao bloco oriental um isolamento quase geral do ocidente, e do resto do mundo, impedindo um natural e necessário intercâmbio comercial. A asfixia, a falta de dólares para assegurar importações que alimentam sua indústria e seu comércio interior, vai ganhando um a um os países do leste. O descontentamento tinha fatalmente que ganhar não só a população em seu conjunto, como também a setores do stalinismo, educados geralmente em ideologia nacionalista por uma política ultra-nacionalista. Estes setores, mais em contacto com as necessidades de seu país que com as camarilhas de Moscou, vêm-se obrigados em parte a resistir ao imperialismo russo, como ontem haviam resistido à ocupação hitleriana. A crise tinha inevitavelmente que produzir-se no bloco oriental e em cada um de seus partidos comunistas.

Tito, em melhores condições que os demais, tentou pela situação geográfica da Iugoslávia como pelas condições políticas que provocaram sua ascensão ao poder — foi o único que conquistou, no invés de chegar nas mochilas dos exércitos russos — foi o primeiro a provocar o cisma stalinista e a emancipar-se do tutela do Kremlin. Não sucedeu o mesmo nos demais países, mas os expurgos efetuados na Polónia, Albânia, Grécia, România, Hungria e Bulgária, em que foram vítimas proprietárias os Goukha, Markos, Spyron, Kostov e muitos outros, descobre cruelmente a situação criada e que não deixará de se ir aguçando não obstante a política de terror imposto.

As mencionadas contradições da política stalinista são a causa das crises atravessadas pelos partidos comunistas, reflexos por sua vez das crises que sofrem seus respectivos países. Existe uma realidade econômica que não pode sustentar-se, estando o Kremlin, atento a suas próprias necessidades, com absoluto desprezo das dos países satélites. O tempo, neste caso, trabalha contra Moscou, contra o stalinismo, incapaz de conciliar seu nacionalismo e sua fidelidade ao Kremlin. O bloco oriental, diga-se o que se quiser, está condenado, não só a pôr a descoberto suas fraquezas, senão a igualmente desintegrar-se estrepitosamente. A grande expansão se assentou sobre bases movediças e cada dia trará uma notícia que confirmará o que adiantamos, sem temor de erro.

RAMON PUIG

(Extraído de "La Batalla", órgão do POUM, de 23-5-1949).

A AVENTURA DAS REFINARIAS DE PETRÓLEO

Discurso do deputado Hermes Lima, denunciando as manobras dos grupos interessados na indústria de petróleo

Sr. Presidente, a questão das refinarias de petróleo apresenta agora aspectos novos que a campanha do "Correio da Manhã" e os artigos do Sr. Orlando Dantas, no "Diário de Notícias", trouxeram à luz da publicidade.

Esses aspectos novos são os seguintes: 1) a ofensiva da Standard Oil para participar do negócio; 2) a nova arremetida dos concessionários; 3) os passos dados pelo Governo para construção da refinaria de 45.000 barris diários.

Vejamos, na ordem desse enunciado, em primeiro lugar, de que consta a ofensiva da Standard. A Standard percebeu que o problema do petróleo, empurrado por todos os lados, acabaria recebendo alguma solução. Deixou de agir na sombra e agora formula o que deseja: participar da refinação, na base de 51%, pois reputa isto o mínimo, conforme ela diz, para exercer suficiente influência sobre a operação dos nossos planos nas refinarias e no transporte. E' o que consta da entrevista do Presidente da Standard, publicada nos matutinos de 16 de julho.

Mas, entregar o controle da indústria de petróleo, em qualquer dos seus ramos, a qualquer companhia estrangeira, é colocar esse controle em outras mãos que não as nossas mãos. No relatório da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, lê-se às páginas 31, 32 e 33 toda uma exaustiva documentação que levou precisamente aquele documento a concluir que, no mundo de hoje, a indústria de petróleo, chegou, finalmente a um estágio que é, em substância, o do monopólio oficial, embora exercido na prática, sob o regime de "free enterprise" ou então a um regime de "free enterprise" submetido ao controle monopolístico dos Governos de Washington e Londres.

E' o que está escrito no relatório da Comissão que elaborou o anteprojeto do Estatuto.

O representante da Standard, Mister Edward Johnson, depondo no comitê especial do Senado americano para investigar acerca dos recursos de petróleo, declarou textualmente: "O plano de atividade das companhias privadas americanas estabelecidas na indústria do óleo no estrangeiro obedecerá a diretrizes de ampla concepção nitidamente traçadas pelo nosso governo e por ele mantidas com firmeza e baseadas no entendimento e na cooperação mais completos que deverão existir entre ele e o Departamento de Estado".

Ai está o motivo pelo qual a nota do Departamento do Estado já transmitiu ao Governo brasileiro a opinião desse organismo sobre o anteprojeto do Estatuto.

Vem agora a Standard e reivindica, em nome da livre concorrência, liberdade para aplicar seus capitais na indústria brasileira do petróleo. E a contrapartida dessa liberdade

para os brasileiros é o direito de aplicarem seus capitais na indústria norte-americana do petróleo.

Como piada, é muito boa.

Ora, Sr. Presidente, a Standard, no fundo, aceita o Estatuto. Não é tudo quanto ela reclama, mas serve, porque, na prática, lhe dará o controle que ela deseja.

A respeito do Estatuto, ela iniciou agora o velho jogo do sopo que um animal grande, fez mas burrice queria jogar no rio. Não me atire água no fogo — gritava o sopo — "atire-me no fogo". Para contrariar o sopo, o animal grande, fez mas burro, lançou-o na correnteza.

A Standard espera que, para contrariá-la, aproveemos o Estatuto como ele se acha redigido.

Em sua redação, o Estatuto admite francamente a participação de capitais estrangeiros na pesquisa, mineração e industrialização do petróleo. Apenas assegura a prevalência de capitais nacionais na proporção de 60% nos mãos com direito a voto

das empresas que se organizarem para refinar o óleo que será consumido no país.

Para refinar o óleo a ser exportado, o capital pode ser totalmente estrangeiro ou particular.

O próprio relatório reconhece, à página 63, textualmente, que o preço a troco do qual podemos abrir mão das restrições nacionalistas da Legislação vigente, não é elevado, atendendo — diz o relatório — à pequena importância de nosso consumo, se comparado com o de outros mercados.

Pertanto, liberdade na pesquisa e na mineração; participação de 40% na indústria do refinado que o país

consumir: controle total da indústria do refinado para exportação. Que pode desejar mais a Standard?

O: 40% na indústria do refinado para consumo interno lhe darão praticamente o controle dessa indústria.

Estes 40% estão ostensivamente à sua disposição, postos pelos concessionários. E' o que ainda agora acaba de assegurar o grupo Soares Sampaio, em entrevista ao "Correio da Manhã", dizendo que sempre estiveram prontos a aceitar a participação de grandes companhias petrolíferas com 40% de capital.

Dificilmente a mão em que se concentrarem 40% de ações numa in-

(Conclue na pag. 6)



AS DIRETRIZES NACIONAIS DA POLITICA SOCIALISTA

Tese a ser apresentada à Convenção Nacional pelo relator, Comp. Domingos Velasco

Estas diretrizes, no que têm de fundamental e permanente, acham-se no programa do Partido. A diretriz essencial é organizar o país na base de uma economia socializada. A economia socializada assentará na socialização gradual e progressiva dos meios de produção

Isto exige a organização do ensino e de centros de pesquisa intimamente ligados às necessidades da vida nacional. A preparação de um largo corpo de técnicos aos quais se atribuíram missões científicas e de pesquisa relacionadas com a organização nacional. Todo estrutura do ensino e das pesquisas deve ser modificada nesse sentido. Inventariar as riquezas do país: colocar quadros à disposição desse serviço. Dar ao ensino e às pesquisas um conteúdo: a organização nacional.

2) — desenvolvimento das fontes de energia e combustível. E' a coisa mais urgente que o país reclama. Aprofundar as pesquisas das nossas jazidas carboníferas e as condições de aproveitamento do carvão. Impri-mir às pesquisas sobre petróleo o ritmo mais intenso possível. Industrializar o petróleo no país com matéria prima nossa, ou importada. Desenvolver o aproveitamento das nossas quedas d'água. A esta luz, o aproveitamento, já iniciado, de Paulo Afonso é obra de cunho nacional a que o Partido dá seu inteiro apoio e cuja boa execução merece a maior vigilância.

Em consequência, dispôr de modo que o organização cultural e científica corresponda às exigências práticas dos tarefas organizatórias aqui enunciadas.

3) — conclusão dos grandes sistemas de açudagem no Nordeste, de modo a colocar a água e a energia captável a serviço do povo. Desapropriação das terras irrigáveis para sua locação a pequenos agricultores cooperativamente organizados. Reinício imediato da construção da barreira de Orós.

Introduzir no atual sistema de exploração agrária as modificações necessárias e compatíveis com as zonas e os tipos de exploração: a) o aumento da produção; b) organização técnica capaz de assegurar bom rendimento; c) preços compensadores; d) elevação do padrão de vida rural; e) melhor distribuição da posse da terra.

O ensino agrícola deve perder, de vêz, as características do ensino

acadêmico agrícola, que o tem mais ou menos caracterizado entre nós e ligar-se às tarefas práticas da produção agrícola, como peça essencial dela, e não como agência de informações eruditas e ornamentais. O ensino agrícola deve alcançar o maior número possível de lavradores, de sítiantes, de pequenos proprietários. O ensino agrícola deve ir ao campo e não trancar-se em escolas não raro suntuárias à espera que o campo venha a elas. O ensino desse tipo deve ligar-se na teoria e na prática a todas as necessidades do desenvolvimento agropecuário no país. Na expressão ensino agrícola, estão incluídos os institutos de pesquisas especializadas.

4) — apoiar o desenvolvimento da indústria pesada nacional. E, na sua base, o da produção de máquinas, motores, unidades para transporte, instrumentos de trabalho, etc.

5) — aparelhar o sistema ferroviário de transportes. Estimular a pavimentação das rodovias mais importantes.

6) — lutar pela aplicação rigorosa das leis sociais. Lutar especialmente pela participação dos trabalhadores na gestão das empresas nacionalizadas, de modo que os trabalhadores se liguem diretamente às responsabilidades da organização e eficiência dos serviços, o que equivale desburocratizá-los. A nacionalização não deve equivaler à burocratização. A participação dos trabalhadores na gestão das empresas nacionalizadas representará passo decisivo na conquista da democracia social.

7) — organizar o crédito para a produção. Dinheiro barato e a prazos longos. O financiamento agrícola, entre nós, limita-se a uma compra antecipada das safras. Nesse sentido, o Partido deve acompanhar com a mais viva atenção a reforma do sistema bancário.

8) — execução do plano de saneamento e de defesa da saúde do povo. Desenvolver o regime de cooperação financeira com os Estados como meio adequado para se alcançar tal objetivo.

Os "GRANDES" Pequenininos

A questão da sucessão do general Dutra continua a ocupar forte noticiário dos jornais, através das conferências e das "fórmulas" propostas pelos chamados líderes dos "grandes" partidos. Os conciliabulos, negociações e encontros entre os meios da P.S.D., da U.D.N., e da P. R. oferecem, porém, um triste espetáculo de mediocridade e tibieza que mais acentua, no seio do povo, o descrédito em relação a expressão "grandes" partidos que são a expressão política das classes dominantes.

Na verdade, os acordos e "fórmulas" aventados por esses grandes, só tem servido para demonstrar, aos olhos dos elementos mais esclarecidos do povo, que eles são substancialmente iguais, no seu vazuo ideológico, e que representam forças conservadoras, desejosas de estabelecerem uma frente única sólida, capaz de assegurar-lhes o completo domínio da situação política, nas próximas eleições. Parisso, é muito provável que os "acórdos" e "fórmulas" em vez de produzirem o resultado esperado pelas que participam deles, acabem dando resultados contrários, isto é, levando água ao moinho da propaganda daqueles contra os quais são dirigidos tais "acórdos" e "fórmulas" — os aventureiros tipo Ademar e Getúlio.

As tentativas feitas pelos chamados "líderes" para chegarem a uma solução, conciliando os interesses dos caciques eleitorais da política burguesa, têm como que um aspecto de pano verde desbotado, onde se faz um joguinho miúdo, com cartas se-

bentos. Os porceiros são figuras parecidas, todos eles acreditando que podem resolver os problemas políticos brasileiros com algumas operações aritméticas onde os fatores são os magotes de eleitores com que cada um pode jogar. Nada de programas, ou delineamento de diretrizes políticas, nada de debates abertos, de mobilização dos partidos, através das respectivas bases, nada de consulta à opinião pública. E' a velha tradição da política das classes dominantes, brasileiros, através dos "acórdos" entre os "cheles", imperando em grande estilo.

Do lado de fora estão Getúlio e Ademar, ambos julgando-se por si só "grandes" e preparando suas forças para as próximas eleições. Mas estes, também, só podem oferecer ao povo as piores perspectivas possíveis: a ascensão de camarilhas de aventureiros e oportunistas que irão substituir os clássicos quadros de políticos profissionais da burguesia e fazer o caldo de cultura para a revivência de um fascismo baço, temperado de malandragem, perrepieta.

Daí, talvez, o ambiente de apatia geral que se nota, em relação ao "problema da sucessão", que a imprensa em vão se esforça por agitar.

O povo sente, instintivamente, que os "grandes" que ora dominam o jogo político são, na verdade, pequenos, muito pequenos, na sua estatura moral e ideológica, em face dos grandes problemas de ordem econômica e social que o Brasil tem de enfrentar.

ANTONIO